

*Mecanismos de Exploração*

# **«Dependência Económica»**

**CADERNO Nº 2/2010**

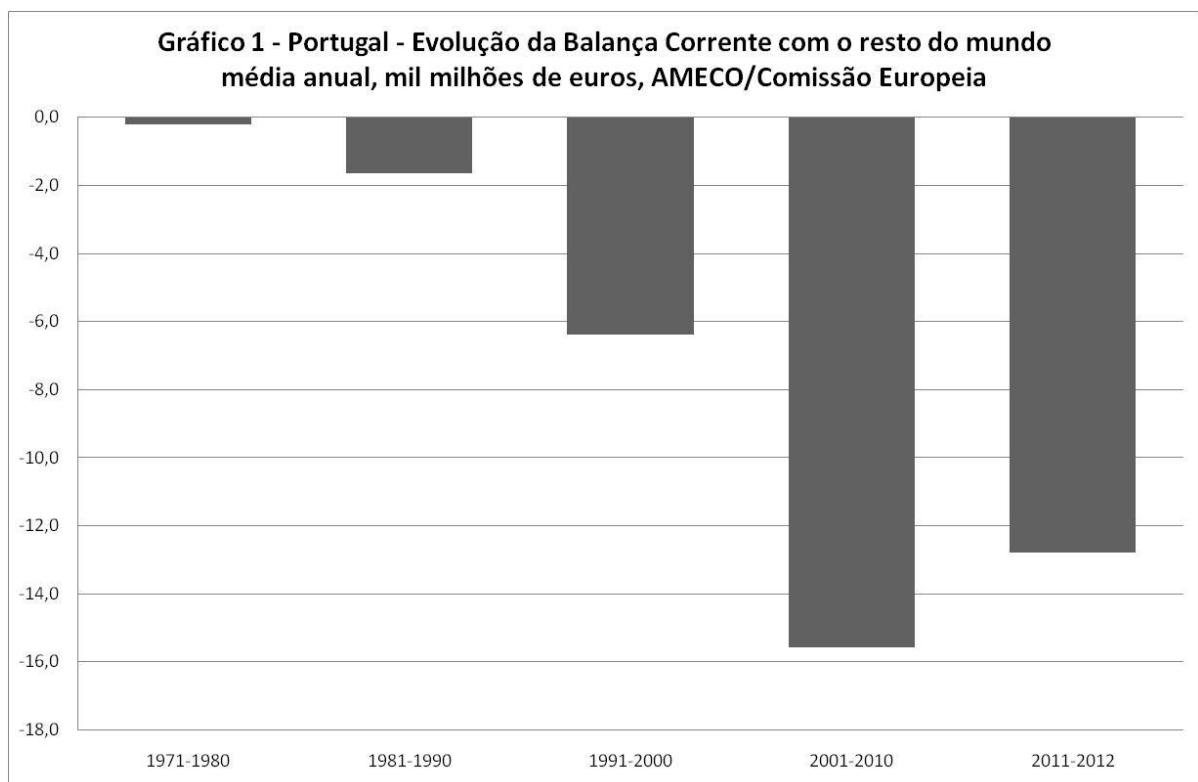
**Novembro 2010**

**União dos Sindicatos do Porto - Gabinete Técnico**

O desenvolvimento das relações sociais de produção em Portugal decorre do papel que a economia nacional desempenha na divisão internacional do trabalho e sua integração no sistema capitalista mundial, com o capital nacional cada vez mais concentrado e centralizado, de natureza monopolista e rentista, em cadeia de subordinação ao capital estrangeiro, sobretudo ao financeiro.

O modelo económico nacional transparece e acentua as debilidades estruturais no desenvolvimento das forças produtivas. Um modelo económico baseado nos baixos salários e em sectores de actividade económica de baixo valor acrescentado, por isso de baixa produtividade em termos de valor, enquadrado nas lógicas de divisão internacional da cadeia de produção das grandes empresas multinacionais, sobretudo europeias.

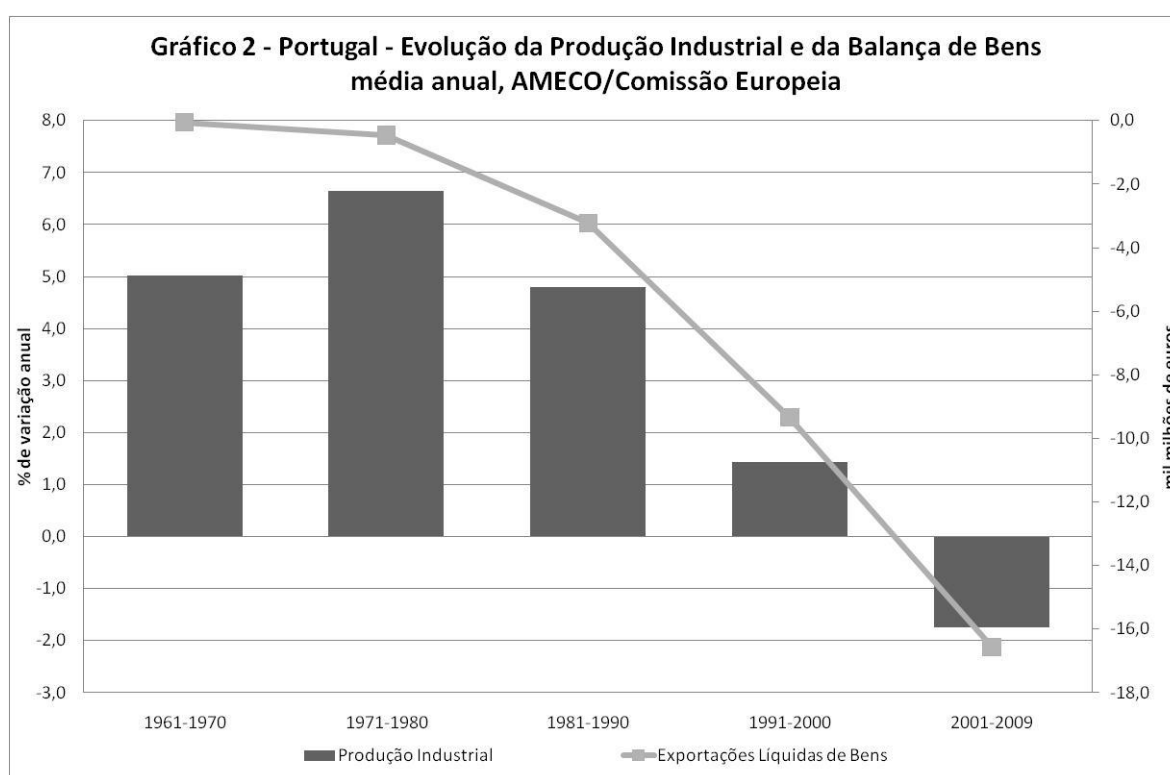
Um modelo que tem por base reexportação, onde o país acrescenta trabalho. As exportações tem por isso uma forte componente de importação de matérias-primas e outros consumos intermédios. Um modelo assim duplamente dependente da procura externa, inserido em lógicas de subcontratação, sem ter por base o suporte do mercado interno e a satisfação das necessidades da sua população, em termos de bens (transaccionáveis).



Em paralelo, assistimos ao definhamento progressivo do sector primário e secundário nacional, sobretudo após a adesão à então CEE, do que resulta uma produção de bens (transaccionáveis) insuficiente para suprir as necessidades do país e exportações líquidas negativas. Isto num contexto de expropriação progressiva do sector de bens transaccionáveis, por parte do sector de bens não transaccionáveis, sobretudo de índole monopolista e financeira. Enquadrando-se

aqui os preços de monopólio praticados ao nível das principais utilidades públicas, nomeadamente ao nível da energia.

Deste definhamento resulta o défice crónico da nossa balança (de transacções) corrente com o resto do mundo (ver Gráfico 1) e, em consequência, o crescimento do endividamento externo. O financiamento do défice comercial externo implica que o país tem que pedir emprestado e/ou vender activos nacionais a estrangeiros, por exemplo por via da participação no capital dos grupos económicos e financeiros nacionais, aumentando assim a dependência do capital estrangeiro, sobretudo do financeiro. Esta dependência externa traduz-se, não só por via dos juros do serviço da dívida externa pagos ao capital financeiro estrangeiro, como pelo repatriamento de lucros e a distribuição de dividendos dos grupos económicos e financeiros nacionais participados.

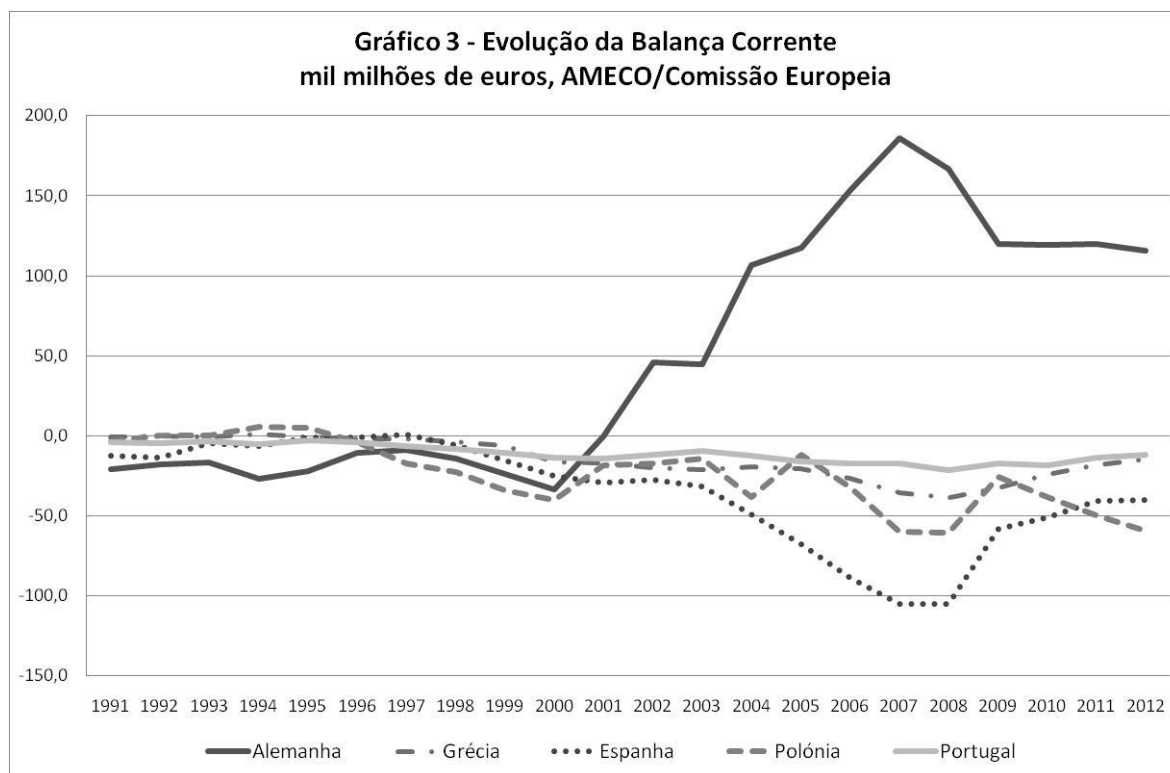


Existe uma relação clara entre o aumento do nosso défice comercial e o definhamento da indústria transformadora nacional, com a progressiva desindustrialização do país, acentuada com a nossa adesão à Zona Euro. O crescimento médio anual da produção industrial (excluindo o sector da construção) tem vindo a desacelerar de década para década, desde os anos 70 do século passado. Desde 2001, assistimos a um processo de recuo na produção industrial, com uma redução média anual de 1,8%. Em paralelo, o valor médio das exportações líquidas de bens tem vindo a tornar-se mais negativo em igual período, reflectindo o agravamento do défice da balança de bens, atingindo o valor médio de - 16,6 mil milhões de euros entre 2001 e 2009 (ver Gráfico 2).

Aliás, é de sublinhar o impacto da adesão de Portugal à então CEE e do aprofundamento do processo de integração europeia, no crescimento da produção industrial nacional. Em termos cumulativos, a produção industrial cresceu 50% entre 1974 e 1985, num contexto de agravamento da crise estrutural do sistema capitalista mundial (com os dois choques petrolíferos e a crise da dívida), de sabotagem económica levada a cabo pelo capital nacional no contexto da revolução de Abril (1974-1975) e de intervenção do FMI em Portugal, com os programas de ajustamento estrutural de 1978-1979 e de 1983-1985, com vista a restauração das condições de rentabilidade do capital monopolista nacional e estrangeiro.

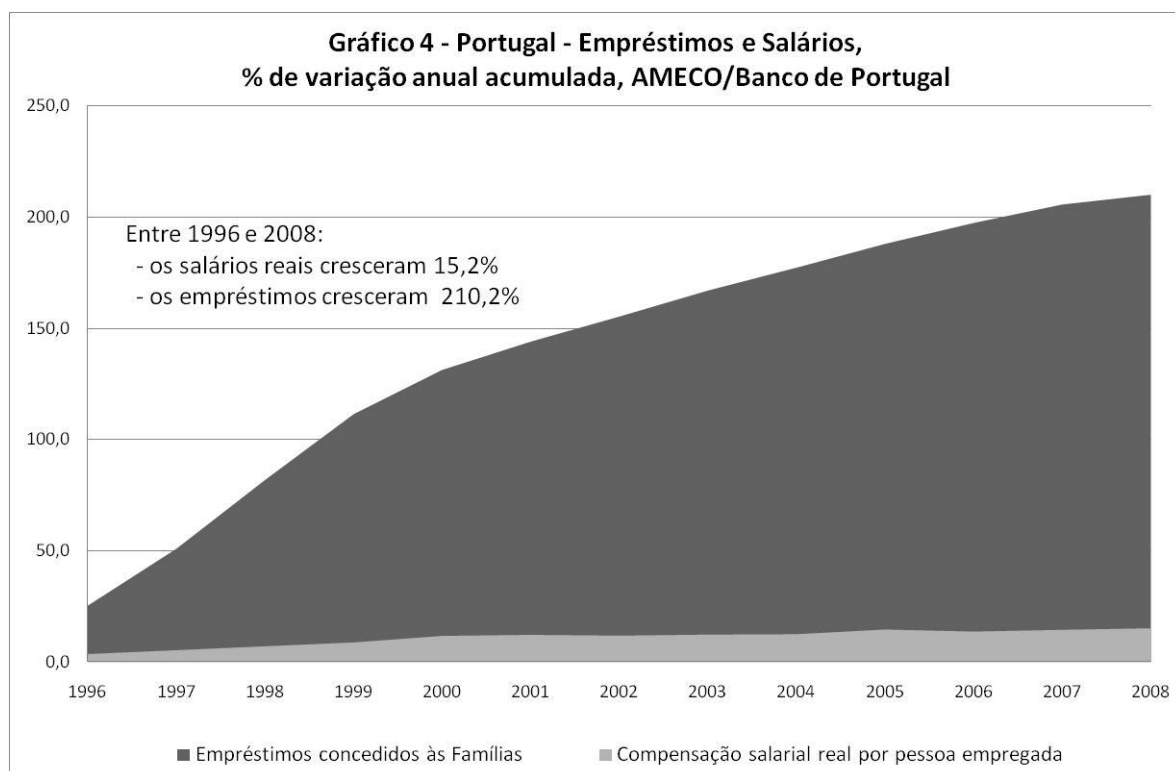
Factor que mostra a importância do processo de nacionalizações, que assegurou o não desmembramento de importantes sectores de actividade económica nacionais e evitou a sua aquisição pelo capital estrangeiro, nomeadamente ao nível da indústria transformadora, constituindo um sector empresarial do estado que garantia importantes alavancas para um modelo de desenvolvimento económico e social endógeno para o país, no cumprimento do modelo económico inscrito na constituição da República de 1976. O que possibilitou um forte crescimento da produção industrial, 23,4% entre 1975 e 1978 (quase metade do crescimento ocorrido no período 1974-1985).

O que mostra, por sua vez, como os programas de ajustamento estrutural FMI prepararam o caminho para o actual modelo económico, ao serviço das necessidades das grandes empresas multinacionais que operam no mercado interno europeu, agravando a nossa dependência económica e intensificando a exploração sobre o trabalho.



Entre 1986 e 1996, desde a nossa adesão ao «mercado comum» até ao início do processo de convergência nominal para a moeda única, a produção industrial cresceu cumulativamente 34%, 16 pontos percentuais menos que no período 1974-1985. Entre 1996 e 2009, a produção industrial recuou cumulativamente 4%, o que significa que a produção industrial em 2009 estava 4% abaixo do nível de produção industrial de 1996.

Se tivermos em conta o período desde 1991, que marca com o Tratado de Maastricht um dos maiores saldos qualificativos da integração capitalista europeia, a produção industrial recuou cumulativamente 1,4%. O que significa que o quadro de investimento directo estrangeiro oriundo da União Europeia, sofreu uma forte inversão, com o caminho para o Euro aberto por Maastricht e a abertura dos mercados da Europa de Leste, o que permitiu o processo de alargamento da União Europeia. Com a deslocação das grandes empresas multinacionais que operam no mercado interno europeu para um novo mercado «virgem», com um potencial de 100 milhões de consumidores, com uma força de trabalho mais «barata», mais qualificada e uma proximidade geográfica do centro da Europa, sobretudo da Alemanha.



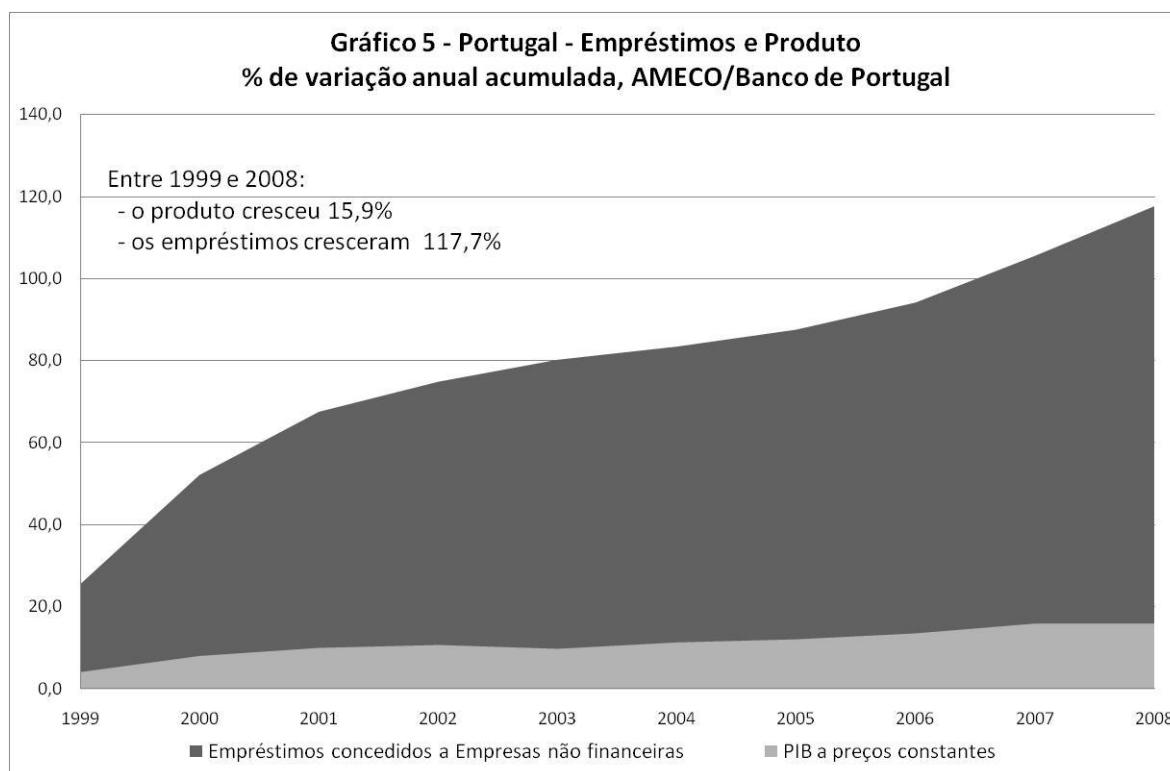
O modelo económico português decorrente da adesão ao «mercado comum», dependente das cadeias de subcontratação do capital estrangeiro, tornou-se assim «descartável» (o processo de deslocalizações), após um período inicial de expansão decorrente do aproveitamento de um mercado «virgem» nacional (10 milhões de consumidores) com pontes para o Atlântico e África, do financiamento das ajudas de pré-adesão e do primeiro «Pacote Delors» e das possibilidades abertas pela forte

redução dos custos unitários do trabalho reais (-22,4% cumulativamente entre 1980 e 1990).

Portugal é assim um «importador líquido», com o défice comercial português a ter como imagem invertida o excedente comercial de outros países da União Europeia, sobretudo a Alemanha (ver Gráfico 3). Alemanha que entre 1991 e 2008 registou um crescimento das suas exportações intra-comunitárias em cerca de 190%, representado estas 63,3% do total das exportações alemãs, em 2008.

A par de outros países, a Alemanha financia as suas exportações por via de empréstimos a países «importadores líquidos» como Portugal, sendo um dos seus maiores credores. É de sublinhar como a criação da moeda única acabou por se traduzir em ganhos directos para o capital alemão, com a Alemanha a passar de um défice da sua balança (de transacções) correntes em 2001, para um excedente comercial de 185,9 mil milhões de euros em 2007, com uma quebra posterior, decorrente dos efeitos do novo episódio de crise do sistema capitalista mundial, na sequência da crise do *sub-prime*.

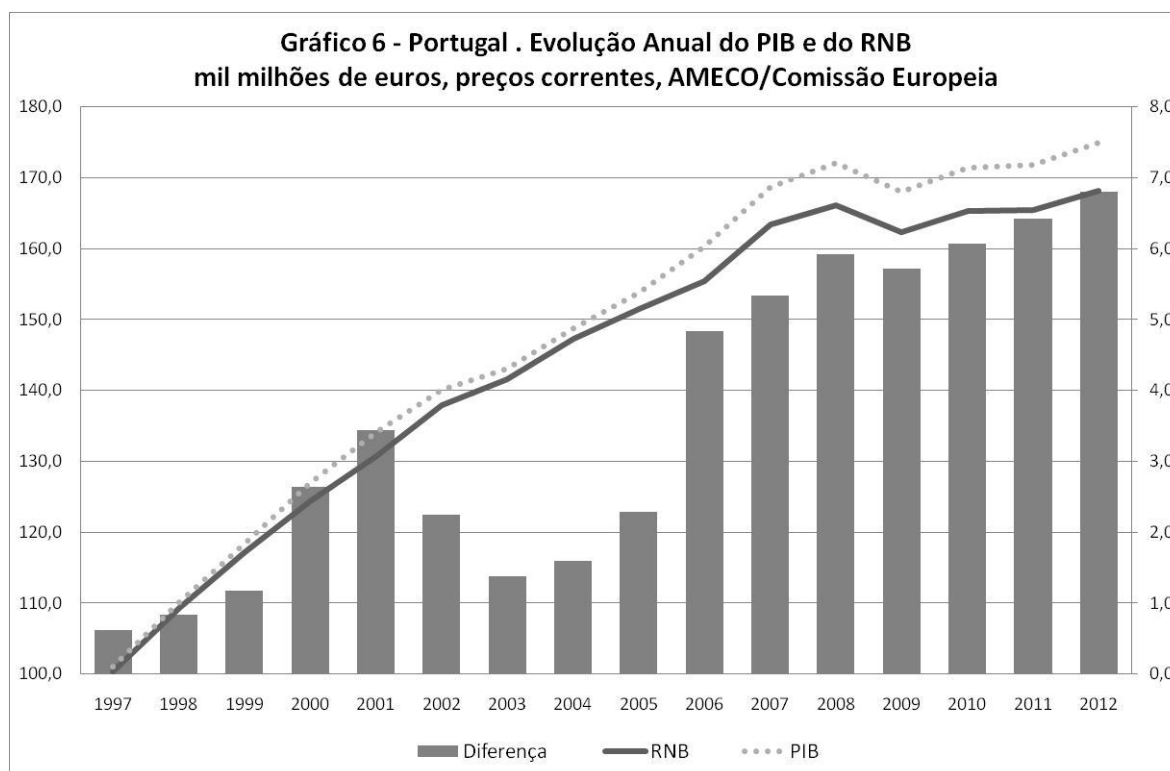
A situação da economia nacional agravou-se claramente com a adesão ao Euro, onde política do Euro forte imposta pelo capital alemão e a taxa de câmbio nominal fixada na altura da transição do escudo para o euro, que não reflectia as condições macroeconómicas existentes na economia portuguesa, penalizaram o sector de bens transaccionáveis, sobretudo a indústria transformadora e consequentemente as exportações nacionais, com perdas de quota de mercado, o que é o mesmo que dizer com a expropriação de parte do capital nacional pelo capital estrangeiro.



A redução das taxas de juros nominais que se verificou com a concretização da moeda única, no seguimento dos objectivos de política monetária conduzidos pelo Banco Central Europeu, levaram à dinamização do crédito, ao nível das famílias e das empresas não financeiras. A dinamização do crédito junto dos trabalhadores foi um elemento que visou contrariar artificialmente a desvalorização dos salários promovida pela política monetária europeia.

O objectivo estrito da política monetária com a estabilidade dos preços, visando a promoção da moderação salarial, garantindo uma evolução dos salários em «linha» com os preços e a produtividade do trabalho. Ou seja, garantir que os salários reais cresçam abaixo da produtividade do trabalho, de forma a garantir a redução dos custos unitários de trabalho reais, assegurando a transferência dos ganhos de produtividade do trabalho para o patronato e consequentemente aumentar a taxa de exploração.

A questão do crédito não só atingiu patamares de insustentabilidade, como é um factor de agravamento da dependência externa e de expropriação dos trabalhadores e do sector de bens transaccionáveis. Entre 1996 e 2008, a compensação salarial real por pessoa empregada cresceu cumulativamente 15,2%, enquanto os empréstimos concedidos às famílias cresceram 210,2% (ver Gráfico 4). Entre 1999 e 2008, o PIB a preços constantes cresceu cumulativamente 15,9%, enquanto os empréstimos concedidos às empresas não financeiras cresceram 117,7% (ver Gráfico 5).



O que leva a que o endividamento das famílias e das empresas não financeiras tenha vindo sempre a crescer desde 1997, representando em 2009, 99% do PIB e

151% do PIB respectivamente. Neste contexto, desde 2004, a poupança líquida total de Portugal tem vindo sempre a ser negativa, representando em 2009, -8,2% do PIB. A falta de factores de poupança interna acentuam a dependência do crédito externo. Todos estes factores em conjunto mostram a crescente dependência nacional ao capital financeiro estrangeiro.

Mas o aumento da dependência ao capital estrangeiro também se pode depreender da diferença que se verifica entre a evolução do PIB e do RNB (a preços correntes), que se tem vindo a acentuar desde 1997 e que em 2009 representava 5,7 mil milhões de euros (ver Gráfico 6). O que significa uma dependência cada vez maior do que produzimos ao capital estrangeiro.

Este modelo económico nacional está em profunda contradição com o modelo inscrito na matriz constitucional, que saiu da revolução de Abril. Em 1974 e 1975, em plena crise do sistema capitalista mundial, Portugal retomava as alavancas fundamentais para garantir um modelo de desenvolvimento económico e social endógeno. As nacionalizações, a reforma agrária, o fim do condicionamento da política económica aos ditames do capital monopolista e a constituição de um forte sector empresarial do estado criavam as condições para uma política económica conducente a esse modelo.

E, mesmo com todas as transformações decorrentes do fim dos sistema monetário de *Bretton Woods* e da progressiva liberalização do comércio e dos capitais a nível mundial, Portugal mantinha as ferramentas de prossecução da sua política económica ao nível monetário, cambial, orçamental, aduaneiro e fiscal. A par com uma repartição do rendimento nacional a favor do trabalho, em paralelo com uma melhoria na redistribuição dos rendimentos, que potenciava o consumo e a dinamização do mercado interno. Desenvolviam-se as forças produtivas, aumentava a produção no sector primário e secundário, davam-se os primeiros passos no sentido da democracia económica, fundamental para garantir a democracia política.

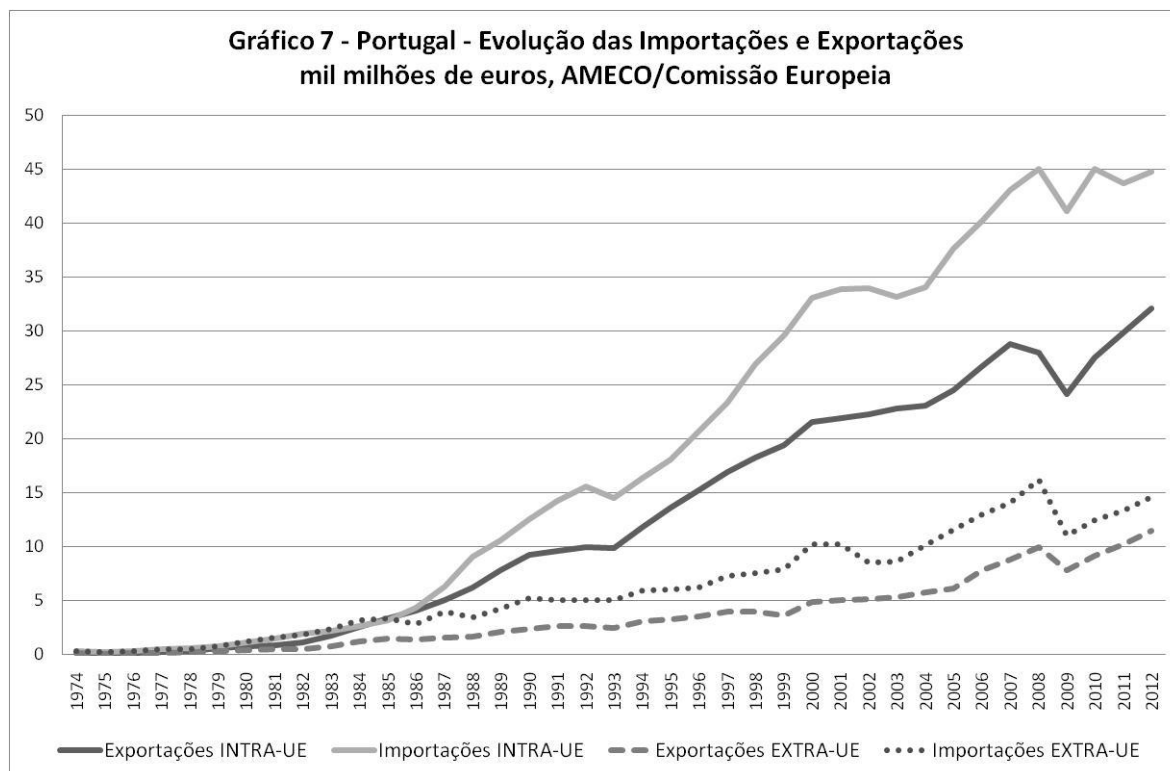
O processo contra-revolucionário que se solidificou no pós-25 de Novembro de 1975, visou sobretudo restaurar as condições de rentabilidade do capital e preparar a economia portuguesa para a integração no sistema capitalista mundial, no caso concreto na integração europeia - o mercado comum.

As ajudas de pré-adesão e os programas de ajustamento estrutural do FMI prepararam a criação de uma economia de mercado funcional. Desinvestiu-se no sector empresarial do estado (em preparação do processo de privatizações), pós-se termo à reforma agrária, especializaram-se parte de sectores de actividade em prol de lógicas e interesses externos, mas sobretudo reduziam-se os custos unitários de trabalho reais para níveis próximos aos existentes em 1975.

Portugal estava assim pronto para ser entregue à «gula» das grandes empresas multinacionais que operam no mercado interno europeu, com as transformações decorrentes da primeira modificação dos Tratados Europeus, o Acto Único europeu.



Um mercado de 10 milhões de consumidores para absorver os excedentes agrícolas e industriais das principais potências capitalistas europeias. Uma mão-de-obra barata para fornecer capacidade de reexportação.



A integração de Portugal na hoje União Europeia, pôs não só em causa a diversificação das relações económicas externas do país e o condicionamento de importantes instrumentos de política económica, como numa primeira fase adaptou o país às necessidades do capital estrangeiro, por via dos Fundos Estruturais, assim como da Política Agrícola Comum (e da Política Comum de Pescas), ao mesmo tempo que o desarmamento alfandegário e a liberalização dos movimentos de capital, abria o caminho para a terciarização do país.

A economia portuguesa não podia estar preparada para o acréscimo de concorrência, tendo em conta as debilidades decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas e do processo de acumulação de capital ao nível nacional. A terciarização económica perpetua por sua vez o modelo económico assente nos baixos salários.

Desde 1986, acentuando-se depois de 1997, duas tendências que marcam as nossas relações comerciais externas: o reforço do peso das exportações e importações intracomunitárias nas exportações e importações totais e a redução da taxa de cobertura das importações pelas exportações intracomunitárias (ver Gráfico 7). Entre 1986 e 2009, as importações intra-comunitárias cresceram 847,1%, quase 3 vezes mais que as importações extracomunitárias (285,6%). No mesmo período, as exportações intracomunitárias cresceram 500%, o nível não muito superior das

extracomunitárias (468%). Do que resulta que o nosso défice comercial externo resulta sobretudo das relações intracomunitárias.

Depois com Maastricht, o Pacto de Estabilidade, a Estratégia Europeia de Emprego, o Euro, a Estratégia de Lisboa (hoje, a Estratégia 2020), foram-se sedimentando os mecanismos de condicionamento da política económica, restringindo cada vez mais a nossa soberania económica e reforçando os laços de dependência económica externa, por via de uma interdependência assimétrica.

Nestes condicionamentos, os passos mais gravosos foram sem dúvida o processo progressivo de privatizações promovido ao nível da União Europeia, iniciado com a revisão constitucional de 1989 e a perda de soberania monetária decorrente da adesão de Portugal ao Euro.

Todos estes instrumentos concorriam para o objectivo central do aumento da taxa de exploração sobre o trabalho, a par da perda de parcelas importantes da nossa soberania, que levavam a apropriação pelo capital estrangeiro de uma parte da «riqueza» nacional. Todos os mecanismos sedimentavam novos passos e tornavam o trabalho - os salários e o emprego, as únicas variáveis estratégicas de ajustamento a choques económicos.

O Tratado de Lisboa foi o remate do processo encetado em Maastricht, implicando constrangimentos absolutos à soberania nacional, desde o domínio económico ao militar. Constrangimentos tais que teve que ser efectuada uma revisão à Constituição da República para garantir a subordinação desta ao Tratado de Lisboa.

Foi o Tratado de Lisboa que abriu as portas ao novo pacote legislativo de governação económica apresentado pela Comissão Europeia, a 29 de Setembro de 2010. Para além do reforço do Pacto de Estabilidade e do procedimento de défice excessivo existente, a Comissão propõe um novo procedimento de desequilíbrios macroeconómicos excessivos.

Isto quer dizer, que os Estados que compõem a União Europeia, para além de estarem sujeitos aos programas de estabilidade e de convergência e aos programas nacionais de reforma decorrentes da Estratégia de Lisboa, passam ainda a ter um novo procedimento, num contexto em que se cria o chamado «semestre europeu», para recomendar, supervisionar e sancionar os Estados-membros que não cumprirem as orientações económicas traçadas pela União Europeia.

Um mecanismo de decisão sobre todas as áreas de política económica e social, com objectivos de médio prazo, votados no conselho sem a participação do Estado em causa, reforçando o pendor sancionatório em caso de não seguimento das orientações traçadas, com «multas» que numa primeira fase podem ir de 0,1% a 0,2% do PIB dependendo do procedimento, ou seja, ao nível nacional e de acordo com a estimativa do PIB nacional para 2010 (a preços correntes), implicaria valores entre 171 a 342 milhões de euros.

Ou seja, na prática um «governo económico», sobre a batuta das grandes potências capitalistas europeias, nomeadamente a Alemanha, um elemento de constrangimento absoluto da soberania e independência nacional, com o objectivo central de aumentar a taxa de exploração sobre o trabalho, na tentativa de restaurar as condições de rentabilidade do capital. Uma política em defesa dos credores europeus e internacionais, na garantia do serviço da dívida e da expropriação por via dos juros. Política que tem de ser enquadrada também na resposta dos centros de decisão estratégica do sistema capitalista mundial à crise de rentabilidade que este atravessa.

∴

*A dependência é um mecanismo de exploração. É com este modelo económico que gera dependência e exploração, subordinados aos ditames da União Europeia e dos centros de decisão capitalista internacional, como o FMI, que é necessário uma ruptura.*

*É necessário retomar os instrumentos de política económica e pôr no domínio público os sectores estratégicos que permitam alavancarem o desenvolvimento nacional, ao serviço dos trabalhadores e do povo português, para dar cabal cumprimento ao modelo de desenvolvimento económico e social inscrito na matriz da Constituição da República.*